

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.257.217 - RS (2018/0049065-0)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL**  
**ADVOGADOS : IGOR HAMILTON MENDES - RS061815**  
**FABRICIO ZIR BOTHOME E OUTRO(S) - RS044277**  
**AGRAVADO : ALOYSIA IGNACIA HECKLER WINKELMANN**  
**AGRAVADO : MARCIO LAVIES BONDER EIRELI**  
**AGRAVADO : NORMA BEATRIZ TEIXEIRA RIBEIRO**  
**AGRAVADO : OSCAR SILVEIRA PACHECO**  
**AGRAVADO : PAULETE GENARA KIRSCH**  
**AGRAVADO : PAULO DE TARSO TABAJARA CHAMUN**  
**AGRAVADO : SANDRA MARA WENDLER CAPARELLI DE ANDRADE**  
**AGRAVADO : SILDO ARNI PETERS**  
**AGRAVADO : STELVIO LAFAYETTE BARDEN**  
**AGRAVADO : TAMIR DOS SANTOS VALDEZ**  
**AGRAVADO : YARA ROSINA BREITENBACH**  
**ADVOGADO : ADALBERTO LIBÓRIO BARROS FILHO E OUTRO(S) - RS031340**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE BENEFÍCIO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CONTRIBUIÇÃO SOBRE O AUXÍLIO CONCEDIDO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA Nº 283 DO STF. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

NORMA BEATRIZ TEIXEIRA RIBEIRO e outros (NORMA e outros) ajuizaram ação de complementação de benefício de previdência privada contra CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL (PREVI), pleiteando auxílio cesta-alimentação, que foi concedido em sentença transitada em julgado.

Em cumprimento de sentença, o Juízo de piso acolheu impugnação ao laudo pericial oferecida por PREVI, determinando que fossem descontadas as contribuições previdenciárias incidentes sobre o auxílio cesta-alimentação concedido.

Interposto agravo de instrumento por NORMA e outros, o Tribunal de origem deu-lhe provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 279):

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. CASO CONCRETO.*

*PREVIDÊNCIA PRIVADA. AUXÍLIO CESTA ALIMENTAÇÃO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. DESCONTO DAS CONTRIBUIÇÕES. OFENSA A COISA JULGADA.*

*1. Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, nos autos da fase de execução, determinou o desconto das contribuições dos valores devidos pela agravada aos agravantes.*

*2. Compulsando os autos, verifico que tal questão não fora trazida aos autos no momento oportuno, seja na fase de conhecimento, na fase de liquidação de sentença, ou mesmo nas impugnações ao cumprimento de sentença. O que se vê é o transito em julgado de uma sentença que obriga a fundação agravada a complementar a aposentadoria dos agravantes com o auxílio cesta-alimentação, não fazendo qualquer ressalva quanto a eventual abatimento nos valores devidos pela Fundação. Nesse momento processual, a alteração dos valores devidos pela executada ofenderia a coisa julgada.*

*DADO PROVIMENTO AO RECURSO.*

Os embargos de declaração opostos por PREVI foram rejeitados (e-STJ, fls. 314/328).

Inconformada, PREVI interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 141, 492, 502 e 503 do NCPC, aduzindo, em síntese, que o fato de a sentença transitada em julgado não ter previsto expressamente o desconto das contribuições correspondentes ao complemento do benefício previdenciário não afasta a necessidade do referido custeio, porquanto consiste em decorrência lógica da sentença.

NORMA e outros ofereceram contrarrazões (e-STJ, fls. 365/371).

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre ante a incidência das Súmulas nºs 7, 83 e 211 do STJ. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial, no qual foi refutada a aplicação dos referidos óbices.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 413/425).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Do desconto das contribuições

Quanto aos arts. 141 e 492 do NCPC, observa-se que as razões de recurso especial não demonstraram de que maneira os dispositivos de lei foram ofendidos pelo acórdão recorrido, sendo insuficiente a mera transcrição do texto legal no recurso, o que revela deficiência de fundamentação, a atrair o óbice da Súmula nº 284 do STF.

PREVI alegou que deve ser determinado o desconto da contribuição relativa à complementação do benefício previdenciário concedida para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do plano de previdência privada, ainda que não previsto expressamente na sentença transitada em julgado, sem que isso importe em ofensa à coisa julgada.

A esse respeito, o Tribunal de origem concluiu que, além de a questão não ter sido deduzida na fase de conhecimento, sequer foi aventada na liquidação da sentença ou na impugnação ao cumprimento de sentença, constituindo matéria nova, nos seguintes termos:

*Compulsando os autos, concluo que, havendo pertinência ou não na alegação da devedora (agravada), o fato é que tal questão não fora trazida aos autos no momento oportuno, seja na fase de conhecimento, na fase de liquidação de sentença, ou mesmo nas impugnações ao cumprimento de sentença. O que se vê é o trânsito em julgado de uma sentença que obriga a fundação agravada a complementar a aposentadoria dos agravantes com o auxílio cesta-alimentação (fls. 274/275 e fl. 520), não fazendo qualquer ressalva quanto a eventual abatimento nos valores devidos pela Fundação, referente ao desconto das contribuições.*

*Neste norte, nesse momento processual, entendo que alterar os valores devidos pela executada ofenderia a coisa julgada, eis que a fundação deveria ter se irrisignado quanto a isso ainda na fase de conhecimento e, sobretudo, em sede de apelação e demais recursos, o que não o fez. Ademais, apenas para consignar novamente, tal discordância sequer foi objeto de impugnação pela devedora, tratando-se de matéria absolutamente nova trazida nos presentes autos (e-STJ, fl. 929 – sem destaques no original).*

Verifica-se que o fundamento acima destacado não foi impugnado de forma específica nas razões do recurso especial, a atrair a incidência da Súmula nº 283 do STF, por analogia.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de

16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Adverta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º, do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

**MINISTRO MOURA RIBEIRO**

Relator

